

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e o Curso de Formação de Soldados: por uma geração de pedagogos da cidadania

The Drug Resistance Educational Program (Proerd) and the Soldier Training Course: for a generation of citizenship educators

Daniel Oliveira Magalhães¹
Diogo Barros de Souza²
Daniel Victor de Sousa Ferreira³

Resumo

O Proerd tem sido aplicado pelas polícias militares de todos os Estados brasileiros. Em salas de aula, como docentes, policiais militares ensinam cidadania para crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os Cursos de Formação de Soldados (CFSd) continuam no propósito de formar policiais capazes de promover cidadania no exercício de suas práticas policiais. Diante das possíveis contribuições do Proerd, não apenas aos alunos do Ensino Fundamental I, mas, também, a própria relação da cultura policial militar com a cidadania, este artigo objetiva: sugerir proposições de melhorias ao CFSd a partir do Proerd. Por meio da Análise de Conteúdo, analisou-se a aderência dos conceitos contidos na coletânea de manuais do Instrutor Proerd à Matriz Curricular do CFSd. Os resultados mostram que, além do Proerd, a temática cidadania também está presente nos cursos de formação policial. Sob a ótica das possíveis contribuições do Proerd para o CFSd, apresentou-se, como proposições de melhorias, alterações nos estágios supervisionados que considerem a relação do policial com o público civil e na grade curricular do CFSd, com a criação de uma nova disciplina e de projetos de extensão. Embora a PMMG já busque promover cidadania aos novos soldados, assim como às crianças e aos adolescentes atendidos pelo Proerd, este artigo mostrou que é possível otimizar a transmissão dos pressupostos de cidadania na formação policial. De modo indireto contribui, também, com a melhoria das políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Proerd. Curso de Formação de Soldados. Cidadania. Polícia Comunitária.

Abstract

Proerd has been applied by the military police of all Brazilian states. In classrooms, as teachers, military police officers teach citizenship to children and adolescents. At the same time, the Soldier Training Courses (CFSd) continue with the purpose of training police officers capable of promoting citizenship in the exercise of their police practices. Given the possible contributions of Proerd, not only to Elementary School students, but also the relationship between military

¹ IFSULDEMINAS e Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais – Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6564-8147>

² IFSULDEMINAS e Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais - Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5534-1787>

³ Universidade Federal de Uberlândia, IFSULDEMINAS e Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4663-2009>

police culture and citizenship, this article aims to suggest proposals for improvements to the CFSd based on Proerd. Through Content Analysis, the adherence of the concepts contained in the collection of Proerd Instructor manuals to the CFSd Curricular Matrix was analyzed. The results show that, in addition to Proerd, the theme of citizenship is also present in police training courses. From the perspective of Proerd's possible contributions to the CFSd, proposals for improvements were presented, including changes in supervised internships that consider the police officer's relationship with the civilian public and in the CFSd curriculum, with the creation of a new discipline and of extension projects. Although PMMG already seeks to promote citizenship to new soldiers, as well as children and adolescents served by Proerd, this article showed that it is possible to optimize the transmission of citizenship assumptions in police training. Indirectly, it also contributes to the improvement of public security policies.

Keywords: Proerd. Soldier Training Course. Citizenship. Community Police.

1 Introdução

Em uma cidade mineira, durante uma aula do Curso de Formação de Soldados (CFSd), um professor pediu para que, dentre os alunos, pretendidos soldados, levantassem a mão aqueles que já haviam participado do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) quando crianças/adolescentes. 22 prontificaram-se com a mão levantada, de um total de 28. Isso significava que a maioria dos aprovados naquele concurso público tinham sido alunos do Proerd.

Tal constatação levanta o questionamento quanto ao incentivo que o Proerd teria dado àqueles que buscaram ser, de fato, policiais militares; ou ainda, se o Proerd teria contribuído para que, depois de inscritos no concurso, tivessem sucesso na aprovação. O Proerd teria incentivado essas pessoas a se tornarem policiais? Quais os elementos do trabalho policial são mais cobiçados pelos alunos do Proerd? Qual a relação entre a ementa curricular do Proerd e do Curso de Formação de Soldados?

O Proerd é uma atividade pedagógica desenvolvida por policiais militares no Brasil desde o ano de 1992. Para tanto, seguem uma metodologia própria, elaborada pela organização estadunidense denominada *DARE América*. Presente em todos estados brasileiros, o Proerd busca promover cidadania. Com o apoio das escolas e das famílias, policiais militares capacitam crianças e adolescentes com informações e habilidades para viverem de maneira saudável, segura e responsável, sem o envolvimento das

drogas e da violência (Minas Gerais, 2010). O Proerd também é considerado uma das práticas de policiamento comunitário.

Considerada como um avançado modelo de organização da polícia, a Polícia Comunitária busca responder os anseios da sociedade por participação, frente ao recente contexto democrático, ocorridos no país a partir da década de 1980. Por isso é também chamada de polícia cidadã. Para Skolnick e Bayley (2006, p. 15), a Polícia Comunitária representaria “o lado progressista e avançado do policiamento”. Desse modo, a busca pelas reformas das práticas policiais passa pela formação profissional.

Ao defender que o policial militar deveria ser visto como um verdadeiro pedagogo da cidadania, Balestreri (1998) já trazia questionamentos quanto a formação profissional. Segundo o autor, as práticas policiais devem se pautar pela cidadania. Embora alguns autores discorram sobre as dificuldades e desafios da implementação da Polícia Comunitária no policiamento brasileiro (Ferreira; Borges, 2020, 2021), as práticas promovidas pelo Proerd parecem buscar assumir os pressupostos da cidadania (Minas Gerais, 2010).

O agir do policial, quando na promoção e na garantia dos direitos, acaba por integrar, pela sua própria natureza, uma dimensão pedagógica. Os comportamentos e atitudes do policial podem torná-los pedagogos da cidadania (Balestreri, 1998). Espera-se, então, que os Cursos de Formação de Soldados preparem os novos policiais para temas relacionados à cidadania, assim como os Cursos de Formação de Instrutores Proerd.

Diante das possíveis contribuições do Proerd, não apenas aos alunos do Ensino Fundamental I, mas, também, a própria relação da cultura policial militar com a cidadania, este artigo objetiva: sugerir proposições de melhorias ao CFSd a partir do Proerd. Para tanto, por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), analisou-se a aderência dos conceitos contidos na coletânea de manuais do Instrutor Proerd à Matriz Curricular do CFSd.

Nas próximas seções serão apresentados o referencial teórico que embasou essa pesquisa, seguido dos aspectos metodológicos e dos resultados. O artigo se encerra com as considerações finais.

2 Pedagogia como metáfora: a cidadania no trabalho policial

O agir policial é um importante vetor para a promoção da cidadania. Tal assertiva levou Ballestreri (1998) a considerar uma dimensão pedagógica nas práticas policiais. Para o autor, o policial deve ser visto como um pedagogo da cidadania, dimensão da qual não se pode abdicar. Nesse caso, essa pedagogia seria exercida nas práticas policiais rotineiras. Essa função social do policial, quando acompanhada de comportamentos e atitudes condizentes com o ambiente democrático de uma sociedade plural, mostra às pessoas a quem se destinam os serviços públicos de segurança, o que é o Estado e como funciona a coisa pública. Ou seja, como um pedagogo, o policial militar deveria exercer e ensinar cidadania.

A cidadania pode ser considerada como a expressão concreta do exercício da democracia (Pinsky, 2013). A cidadania também pode ser entendida como a participação das pessoas de uma determinada comunidade, na busca por igualdade e direitos, trazendo novas direções para a vida da comunidade e para a própria participação (Martins, 2000). No Brasil, o conceito de cidadania está presente na Constituição Federal, a qual prevê os direitos e garantias fundamentais, estabelecendo direitos e deveres individuais e coletivos, incluindo a segurança pública como direito, dever e, também, a responsabilidade de todos (Brasil, 1988).

As atividades de segurança desenvolvidas pelo Estado demandam a participação social no exercício da cidadania. É indissociável a cidadania e a segurança pública, pois o exercício pleno da cidadania ocorre apenas quando há condições de paz e tranquilidade que só acontece quando há uma verdadeira participação e engajamento das pessoas no exercício pleno de sua cidadania. Essa participação deveria acontecer de forma organizada, para que sejam formulados projetos e políticas públicas (Serrano, 2010), participação essa encorajada pelos pressupostos da Polícia Comunitária (Henriques, 2010; Kelling e Moore, 1989; Skogan, 2022; Skolick & Bayley, 2002; Moore e

Trojanowicz, 1989) e pelo Proerd (Ferreira, 2018; Valente, 2022; Santos 2021; Salm et al., 2007).

Quando os objetivos da prática policial passam a estar atrelados à promoção da cidadania, há uma inevitável relação com a formação do policial militar. Serrano (2010) defende que nos cursos de formação policial deve haver o reconhecimento do cidadão como um sujeito de direitos que devem ser respeitados e, também, como um ator corresponsável pela segurança pública. De igual modo, o próprio policial precisa ser visto como um cidadão para que “ele compreenda e respeite a condição de cidadania dos demais membros da sociedade” (Serrano, 2010 p. 119).

2.1 A formação policial e a cidadania

As ações formativas dos profissionais da área de segurança pública no Brasil têm sido influenciadas pelas discussões sobre cidadania. A Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, orienta que a formação do policial deve favorecer “a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania [...] estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância” (Brasil, 2014 p.40).

A produção científica sobre a formação policial no Brasil tem enfatizado, como tema mais recorrente, o currículo utilizado na formação dos policiais (Da Silva Veiga e Dos Santos Souza, 2018). Alguns autores buscam compreender a lógica da formação policial militar perante a sua prática profissional habitual; bem como, a relação entre os currículos das escolas de formação e a prestação do serviço público à comunidade (e.g. Albuquerque, 2001; Caruso, 2004; Poncioni, 2005; 2007; Silva, J.B. 2009; Rudinicki, 2007; Silva, R.R. 2011; 2012; Kruger, 2011; Lima, 2011 e Brunetta, 2012). A literatura brasileira sobre a formação policial tem enfatizado a perspectiva da segurança cidadã, que busque atender “a necessidade de uma formação humanizadora; uma formação pautada na ampla abordagem ao conteúdo de

Direitos Humanos e a relação entre a formação e a prática do policial militar na prestação de serviço” (Da Silva Veiga e Dos Santos Souza, 2018 p.63).

No raciocínio apresentado por Serrano (2020), a formação policial deveria favorecer os pressupostos da Polícia Comunitária, contribuindo então, com a redução das diferenças de implementação dos modelos de policiamento comunitário no contexto brasileiro. Os currículos que compõem as ações formativas dos policiais brasileiros parecem estar mais coerentes com uma lógica militar, das quais favorecem o emprego de um modelo militarizado do policiamento (tradicional), distanciando-se da característica comunitária (Poncioni, 2005; Muniz, Caruso & Freitas, 2018; Muniz, Larvie, Musumeci, & Freire, 1997). Para esses autores, estariam sendo valorizado os pressupostos da Polícia Tradicional, sobre os pressupostos da Polícia Comunitária.

2.2 A polícia comunitária como um exercício da cidadania

Enquanto a Polícia Tradicional valoriza um relacionamento distante do público a quem é destinado os serviços públicos de segurança, promovendo a imagem de um policial combatente, temido e inimigo do crime, atuando numa sociedade vista como passiva e não responsável; a Polícia Comunitária valoriza um relacionamento próximo do público a quem é destinado os serviços públicos de segurança, promovendo a imagem de um policial conhecido e amigo da comunidade local (sociedade ativa e corresponsável) (Ferreira, Borges, 2020, 2021). Os pressupostos da Polícia Comunitária valorizam, portanto, a cidadania.

Os pressupostos da Polícia Comunitária têm sido promovidos em todos os Estados brasileiros (Tasca; Ensslin; Ensslin, 2012), na América Latina (Frühling, 2007), sendo também comum nas democracias ao redor do mundo (Skolnick; Bayley, 2001, 2006). A disseminação das práticas de Polícia Comunitária está no entendimento comum de que deve haver uma participação maior da sociedade civil na melhoria dos serviços públicos de segurança. Essas novas parcerias entre o público e a polícia, vistas por

Frühling (2007) como processos de reforma da polícia, estariam embasadas na participação social, existente em democracias ao redor do planeta.

Em resposta ao processo de democratização de muitos países da América Latina, ocorrido nos anos 1980 e 1990, as tentativas de reformas das práticas policiais foram variadas e enfrentaram resistências das próprias polícias. Segundo Frühling (2007), as mudanças nesses países eram difíceis pois os membros da polícia não tinham uma formação de qualidade, tinham sérios problemas de gestão, eram mal pagos e havia falta de motivação.

Alguns outros autores ainda afirmam que as dificuldades da polícia em lidar com um ambiente democrático e cidadão, dentro das práticas policiais, passam também pela formação profissional do policial militar, que ainda estaria valorizando o modelo tradicional de policiamento (Muniz, Caruso & Freitas, 2018; Muniz, Larvie, Musumeci, & Freire, 1997; Poncioni, 2005; Silva, R.R. 2007, 2011), em que a cultura militar, historicamente representada pela guerra e pelo confronto, valoriza as práticas de combate e de controle do crime com respostas imediatas e pouco contextuais. Essa abordagem reativa da polícia conduziria a gestão dos Cursos de Formação às práticas educativas e pedagógicas para o preparo do confronto tradicional, ignorando o contexto da cidadania.

O exercício da filosofia de Polícia Comunitária exige que os policiais militares sejam capazes de reconhecer os fatores multicausais da violência e trabalhar em conjunto com outros atores no desenvolvimento de iniciativas de prevenção e controle da violência. Tais iniciativas abrangem diversas áreas, tais como “educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras” (Freire, 2009 p.52). Segundo Frühling (2007), a implantação do modelo de policiamento comunitário assumiu um papel central no debate sobre policiamento nos últimos anos.

Em linhas gerais, a Polícia Comunitária busca construir uma parceria de trabalho entre a polícia e o público por ela atendido. Nesse sentido, instituições como as famílias, as escolas, as associações de bairro ou grupos de comerciantes são vistas como parceiros importantes na criação das

comunidades. O êxito da polícia não depende, então, apenas do desenvolvimento de suas próprias habilidades e capacidades, mas também da criação de comunidades capazes e qualificadas para auxiliarem a polícia no exercício das atividades que promovam a segurança (Moore & Trojanowicz, 1989; Trojanowicz e Bucqueroux, 1994; Greene, 2000; Skogan, 2002; Frühling, 2007; Rosenbaum, 2012).

No final do século XX, quando as discussões sobre cidadania e democracia estavam em evidência no mundo ocidental, sobretudo na América Latina devido ao seu processo de redemocratização política, Moore e Trojanowicz (1989) já discorriam quanto à natureza indissociável dos conceitos de cidadania e segurança pública. Esses autores afirmavam que a polícia não poderia alcançar seus objetivos sem o apoio operacional e político da comunidade, ao mesmo tempo que a comunidade não conseguiria promover um ambiente seguro para o exercício da cidadania sem uma polícia que pudesse ser capaz de responder às demandas da comunidade. Hoje, a discussão sobre uma polícia cidadã ainda persiste (Serrano, 2010; Balestreri, 1998; Freire, 2009).

3 Percursos Metodológicos

Para se alcançar o proposto neste trabalho, assumimos um percurso metodológico coerente com a pesquisa qualitativa. A pesquisa documental foi realizada com base nos documentos que regulam o Curso de Formação de Instrutores Proerd e o Curso de Formação de Soldados na PMMG. Mais especificadamente, o Curso de Formação de Soldados executado por uma Companhia de Ensino e Treinamento no ano de 2022. A Coletânea de Manuais do Curso de Formação de Instrutores Proerd é datado em 2016.

Tanto a análise da ementa curricular do Proerd para compreender a transmissão de cidadania aos alunos durante a aplicação do Programa, quanto a análise do Curso de Formação de Soldados, deu-se por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Buscou-se compreender como o tema

cidadania, sob a luz do Proerd, é tratado nas ementas de cada componente curricular (disciplinas) da Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados 2022.

O material empírico foi obtido em uma Companhia de Ensino e Treinamento, situada em uma cidade do interior mineiro onde é realizada a formação dos soldados da PMMG. O objeto de análise foi composto por 26 ementas de componente curricular, as quais formam a Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados 2022 – CFSd 2022 (Quadro 01).

Quadro 01 – Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados 2022

Área temática	Componente Curricular
Aprestamento, Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública e da Missão Policial Militar	Armamento e Tiro Policial
	Atendimento Pré-Hospitalar
	Defesa Pessoal Policial
	Introdução à Atividade de Inteligência
	Legislação Institucional
	Polícia Comunitária
	Policciamento Ostensivo de Meio Ambiente
	Policciamento Ostensivo de Trânsito
	Policciamento Ostensivo Geral
	Técnica Militar Básica
Técnica Policial Militar	
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança	Comunicações Operacionais
	Redação de Documentos Institucionais da PMMG
Conhecimentos Jurídicos	Direito Administrativo
	Direito Civil
	Direito Constitucional
	Direitos Humanos
	Direito Penal
	Direito Penal Militar
	Direito Processual Penal
	Legislação Aplicada à Atividade Policial=
Cultura, Cotidiano e Prática Profissional	Comunicação Organizacional
	História da PMMG
	Ordem Unida
Higidez Física e Saúde	Educação Física
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Operações de Controle de Distúrbios

Fonte: Material de pesquisa.

A Análise de Conteúdo ajudou na compreensão de como o tema cidadania é tratado nas ementas dos componentes curriculares do CFSd 2022.

Como o recomendado pela técnica, realizou-se a codificação do material empírico, considerando padrões, regularidades e distinções (Bardin, 1977).

Após a revisão do Manual do Instrutor Proerd, foram analisadas as 26 ementas de componente curricular do CFSd 2022. Por meio da Análise de Conteúdo foram estabelecidas as categorias de análise (cinco habilidades presentes na ementa do Proerd), cujos resultados evidenciaram a presença de tais categorias também nas ementas dos componentes curriculares previstos na Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados 2022.

A apresentação dos resultados da pesquisa se divide nas considerações: (a) sobre o Proerd como uma ferramenta para a promoção da cidadania; (b) sobre a promoção da cidadania no Curso de Formação de Soldados; e, na apresentação de (c) proposições de melhorias para o Curso de Formação de Soldados.

4 O PROERD como uma ferramenta para a promoção da cidadania

O Proerd é uma atividade pedagógica desenvolvida por policiais militares no Brasil desde o ano de 1992, na ocasião pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Os currículos do Proerd são aplicados pelos policiais militares devidamente fardados e na própria sala de aula, contando com a presença de um docente da turma que acompanha a atuação do policial militar que exerce a função de Instrutor Proerd. Em 1998, a PMMG iniciou o desenvolvimento do Proerd no Estado de Minas Gerais. Na atualidade, o Proerd está presente em todo o país, com o objetivo de promover a cidadania sob os pressupostos da Polícia Comunitária, através de uma prática pedagógica própria que conta com a parceria entre a Polícia, Família e a Escola (Minas Gerais, 2010).

O Proerd é um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família e visa capacitar crianças e adolescentes com informações e habilidades para viver de maneira saudável, sem envolvimento com as drogas e com a violência. O Programa é desenvolvido de maneira exclusiva por policiais militares, treinados com base na filosofia e metodologia própria

elaborada por uma ONG Americana chamada *DARE América*. (Minas Gerais, 2010).

Na busca por ensinar aos jovens a tomarem decisões seguras e responsáveis, o Proerd espera que as crianças e adolescentes sejam capazes de fazer escolhas saudáveis não apenas em relação às drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas. O ensino da cidadania pelo Programa parece ocorrer à medida que os jovens “são educados para se tornarem cidadãos responsáveis, que por consequência, conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas” (Minas Gerais, 2013 p.4).

A despeito das discussões sobre a eficiência do Proerd, o Programa tem sido aplicado em diversos países, tendo hoje primazia dentre os programas de prevenção ao uso de drogas e violência aplicados no contexto escolar em todos os Estados brasileiros (Pereira & Sanchez, 2020; Valente et al. 2022; Demetrio, Viana & Hoeflich, 2013, Soares e Gomes, 2016; Massardi & E. T. Silva, 2013; Shamblen et al., 2014; Tasca, Ensslin, & Ensslin, 2012).

O Proerd, sob a ótica da Polícia Comunitária, tem contribuído para a construção da identidade do policial militar por meio do exercício das atividades de segurança pública, promovendo a cidadania. A interação existente entre Família, Polícia e Escola com o intuito de prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência tem estabelecido uma relação de confiança, além de promover a ação pedagógica da função policial (Ferreira, 2018).

A PMMG aplica o Proerd segundo a característica do currículo e o público-alvo a ser alcançado. O principal currículo do Programa é o currículo para crianças do 5º Ano do Ensino Fundamental 01: “Caindo na REAL”. O referido currículo tem por objetivo o desenvolvimento de competências que ajudarão os jovens a fazerem escolhas responsáveis e benéficas não apenas sobre drogas, mas também em todos os aspectos da vida, conjugando os esforços da polícia e das instituições comunitárias (escola e família) na prevenção ao uso de drogas por meio do desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para se fazer escolhas seguras e responsáveis (Minas Gerais, 2013).

O currículo está fundamentado na Teoria de Aprendizagem Socioemocional a qual identifica as habilidades básicas e fundamentais que ajudarão os jovens a fazer escolhas mais responsáveis. Tais habilidades incluem (1) autoconhecimento e autogerenciamento; (2) tomada de decisão responsável; (3) compreensão dos outros (alteridade); (4) habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal e (5) habilidade de lidar com desafios e responsabilidades. Essas habilidades estariam além de questões sobre drogas, pois possibilitariam “escolhas saudáveis e maduras” em todos os aspectos da vida do jovem cidadão.

Os esforços colaborativos entre a PMMG, o sistema de educação e a utilização de teorias científicas tem sido a tríade que busca ensinar aos jovens a refletirem sobre aspectos relacionados às drogas, porém, o Proerd proporciona ainda o desenvolvimento de habilidades que capacitam crianças e adolescentes a fazerem escolhas saudáveis e responsáveis em todos os aspectos de suas vidas, caracterizando então, uma formação cidadã, que proporciona o exercício de direitos e deveres com responsabilidade e compromisso com a democracia (Minas Gerais, 2013).

A metodologia do Proerd apresenta em uma sequência lógica, por meio de histórias, questionamentos, vídeos e imagens, situações reais da vida que contemplam os riscos com os quais os alunos poderão deparar no cotidiano. Logo em seguida, os jovens são envolvidos de maneira que eles reflitam sobre as suas próprias vidas a fim de proporcionar uma experiência de decisão, a qual é ensinada por meio de uma estratégia denominada Modelo de Tomada de Decisão Proerd (Minas Gerais, 2013).

No Proerd, os alunos são habilitados a: (1) Exercitarem o autocontrole, o que inclui quando estiverem sob tensão e pressão. Nesse sentido, a capacitação abrange controle das emoções, evitar comportamentos impulsivos e reflexão crítica sobre experiências próprias. (2) Identificarem os riscos e as consequências de suas escolhas. O ensino sobre a avaliação de riscos e consequências visa preparar o aluno para as imprevisíveis mudanças e desafios a serem enfrentados, tais como o aumento da presença de drogas em

seu meio social. (3) Tomarem decisões seguras e responsáveis. O Modelo de Tomada de Decisão Proerd é a principal estratégia utilizada para facilitar a análise crítica sobre as possíveis escolhas que serão feitas diante das situações futuras. (4) Comunicarem-se de maneira mais confiante e eficiente. Nesse sentido, busca-se desenvolver relações mais duradouras com colegas, familiares e autoridades públicas. E por fim, (5) Tornarem-se um cidadão seguro e responsável. O alcance dessa habilidade ocorre por meio do ensino sobre como ajudar outras pessoas e como obter ajuda (Minas Gerais, 2013).

Segundo o documento que regula o assunto na PMMG, a formação cidadã proporcionada pelo Proerd possui o objetivo de capacitar os jovens a conduzir suas vidas de maneira que possam:

- (1) **Exercitar o autocontrole**, o que inclui quando estiverem sob tensão e pressão. Nesse sentido, a capacitação abrange controle das emoções, evitar comportamentos impulsivos e reflexão crítica sobre experiências próprias.
- (2) **Identificar os riscos e as consequências de suas escolhas**. O ensino sobre a avaliação de riscos e consequências visa preparar para as imprevisíveis mudanças e os desafios a serem enfrentados, tais como o aumento da presença de drogas em seu meio social.
- (3) **Tomar decisões seguras e responsáveis**. O Modelo de Tomada de Decisão Proerd é a principal estratégia utilizada para facilitar a análise crítica sobre as possíveis escolhas que serão feitas diante das situações futuras.
- (4) **Comunicar-se de maneira mais confiante e eficiente**. Nesse sentido, busca-se desenvolver relações mais duradouras com colegas, familiares e autoridades públicas. E por fim,
- (5) **Tornar-se um cidadão seguro e responsável**. O alcance dessa habilidade ocorre por meio do ensino sobre como ajudar outras pessoas e como obter ajuda” (adaptado de Minas Gerais, 2013, p.6).

Dentre esses conceitos, inicialmente destaca-se o exercício do autocontrole, em momentos que a pessoa estiver sob tensão e/ou pressão. Através de seu domínio, o indivíduo terá condições de evitar transtornos e ações desequilibradas, as quais poderão resultar em decisões inadequadas e prejudicar a si ou a terceiros. Haverá, também, a necessidade de identificar

os riscos e as consequências que as pessoas poderão alcançar, a depender de quais foram as suas escolhas.

Quanto à questão das decisões seguras e responsáveis, os Instrutores Proerd são orientados a trabalharem habilidades de autoafirmação com os alunos, de forma a mantê-los protegidos de malefícios diversos, principalmente aqueles relacionados com drogas lícitas e ilícitas, além de companhias de más índoles. Prosseguindo, surgirá o ato de ensinar os alunos a comunicarem-se de forma eficaz e segura, externando confiança para seu ciclo de amizades e segurança àqueles que estejam em seu convívio diário.

Quanto ao ato de tornar-se um indivíduo seguro e responsável, trata-se de um dos principais objetivos do Proerd, atuando através de policiais militares em prol de crianças e adolescentes, visando contribuir com a escola e a família na formação dos jovens atendidos pelo Programa. Com base nessa segurança e responsabilidade, o público atendido pelo Proerd estará mais bem qualificado para se tornar um cidadão de bem, conhecedor de seus direitos, seguidor de regras sociais e envolvido com o desenvolvimento social.

Essas pontuações sobre os objetivos do Proerd foram usadas nos documentos que regulam o Curso de Formação de Soldados. Foi analisado o conteúdo de cada componente curricular e selecionadas as unidades de registro temáticas, atribuindo-lhes logo em seguida um código que sintetizasse a habilidade a ser desenvolvida no componente curricular associado. Logo após, essa categorização inicial foi agrupada nessas cinco categorias finais: **(1)** Exercitar o autocontrole; **(2)** Identificar os riscos e as consequências de suas escolhas; **(3)** Tomar decisões seguras e responsáveis; **(4)** Comunicar-se de maneira mais confiante e eficiente e **(5)** Tornar-se um cidadão seguro e responsável. Fundamentadas na Teoria de Aprendizagem Socioemocional utilizada no Manual do Proerd, tais habilidades ajudam os jovens a se tornarem cidadãos responsáveis, conduzindo suas vidas de forma mais produtiva e livre das drogas. As categorias se manifestaram em razão da importância do Proerd como prática de policiamento comunitário que tem por objetivo a promoção da cidadania. Conforme as categorias/habilidades

previstas na ementa do Proerd, descrita na revisão de literatura, buscou-se encontrar o tema cidadania nas ementas curriculares do CFSd 2022.

5 A promoção da cidadania no curso de formação de soldados

A formação proporcionada pelo Proerd possui o objetivo de capacitar os alunos a exercer e promoverem a cidadania por meio do desenvolvimento de determinadas habilidades. Esses objetivos foram encontrados, também, nos documentos que regulamentam o Curso de Formação de Soldados, os quais foram sintetizados no Quadro 2.

A análise das ementas dos componentes curriculares do CFSd 2022 apresentou os principais temas que são abordados e/ou discutidos nas disciplinas, que por conseguinte, parecem transmitir cidadania sob a ótica das habilidades desenvolvidas pela ementa do Proerd (Minas Gerais, 2013).

Nesse sentido, observa-se que no processo de formação policial militar, o exercício do autocontrole ocorre por meio do desenvolvimento do controle das emoções e comportamentos tratados em componentes curriculares que ensinam sobre procedimentos de autoproteção, defesas de agressões, além de conhecimentos que abordam reflexões sobre o comportamento coletivo e exercício de decisões em situação de estresse.

A capacidade de identificar os riscos e as consequências de suas escolhas é discutida no processo de formação profissional do futuro soldado, por meio de ações independentes que abordam riscos e consequências de ações individuais e coletivas, bem como o emprego e observâncias de regras e técnicas que envolvam a realização de ações diversas. Também foi identificada a discussão sobre a lei e procedimentos legais, que contempla os temas que apresentam normas sobre comportamento em locais públicos, condutas socialmente reprováveis pela sociedade e algumas situações especiais que recebem proteção legal.

A discussão de assuntos que desenvolvem a habilidade de tomar decisões seguras e responsáveis é realizada em componentes curriculares que buscam fomentar uma reflexão e um pensamento crítico antes de decidir. Para tanto,

verifica-se a presença de questões que correlacionam a teoria com a prática, analisam conflitos, problemas e apresentação de respostas ou soluções.

Quadro 02 – Análise categorial do Curso de Formação de Soldados

Categoria Final	Categoria Intermediária	Categoria Inicial
1. Exercitar o autocontrole		
	<i>Controlar emoções e comportamentos</i>	
		Procedimentos de autoproteção
		Defender-se de injustas agressões
		Reflexão sobre comportamento coletivo e exercício de atitudes em situações de estresse
2. Identificar os riscos e as consequências de suas escolhas		
	<i>Ações independentes: Riscos e Consequência</i>	
		Consequências, riscos, uso correto das regras e técnicas
	<i>Lei e procedimentos legais</i>	
		Lei - Apresenta normas sobre comportamento seguro em via pública
		Lei - Apresenta condutas nocivas a vida em sociedade
		Lei - Apresenta situações especiais protegidas pela lei
3. Tomar decisões seguras e responsáveis		
	<i>Pensar criticamente para decidir</i>	
		Aprender a correlacionar teoria e prática
		Analisar conflitos, propor soluções
4. Comunicar-se de maneira mais confiante e eficiente		
	<i>Apresentação do Estado</i>	
		Transparência nas ações dos órgãos públicos
		Ensinaamentos sobre valores e ética institucional
		História; Funcionamento dos órgãos públicos
	<i>Comunicar-se com segurança</i>	
		Saber transmitir informações Institucionais
		Compreensão e utilização de ferramentas de comunicação
		Comunicação próxima, polícia de proximidade
5. Tornar-se um cidadão seguro e responsável		
	<i>Cooperação e Corresponsabilidade</i>	

		Ensino sobre as relações entre as pessoas
		Trabalhar em equipe
		Compreender a importância da disciplina, espírito de corpo
	<i>Reconhecimento do ser humano</i>	
		Apresenta os direitos e deveres das pessoas
		Ensino sobre qualidade vida, saúde, nutrição
		Alteridade, humanização

Fonte: Elaborados pelos autores.

O desenvolvimento da comunicação confiante e eficiente tem sido discutida por meio de temas que apresentam o funcionamento do Estado, aspectos históricos, identidade de algumas organizações, assuntos que contextualizam as relações entre a sociedade e o Estado e contribuem para o entendimento de como ocorre a comunicação entre os referidos atores. Também são discutidos nos componentes curriculares temas sobre como se comunicar com segurança através do desenvolvimento de habilidades relacionadas à transmissão de informações institucionais, a utilização de ferramentas de comunicação, além de temas que abordam o exercício de uma comunicação mais próxima com a sociedade.

Por fim, percebe-se a discussão sobre como se tornar um cidadão seguro e responsável. Nos componentes curriculares do CFSd 2022 foram discutidos temas sobre cooperação e corresponsabilidades, que buscam envolver os discentes em questões sobre trabalho em equipe, reflexo da disciplina para o alcance de objetivos individuais e coletivos, abordagem de assuntos sobre o relacionamento interpessoal e o senso de coletividade. Observa-se também questões relativas ao reconhecimento da pessoa humana que são discutidas sob a forma de alteridade, humanização, desenvolvimento de processos de ensino que contemplam assuntos sobre a qualidade de vida, saúde e nutrição.

6 Proposições de melhorias para o curso de formação de soldados

Por meio da pesquisa documental apresentada, percebeu-se que há um tratamento do tema cidadania nas atividades de formação de soldados, assim como sugerido por alguns autores (PINSKY, 2013; SERRANO, 2010; BRASIL, 2014). Entretanto, ao fazer uma análise sob a ótica do Proerd, em especial por meio das

categorias levantadas na Análise de Conteúdo, é possível elencar algumas proposições de melhorias para o Curso de Formação de Soldados:

(a) Criação de uma disciplina para o Curso de Formação de Soldados:

A disciplina intitulada *Modelo de Tomada de Decisão Policial* abarcaria os mesmos passos sugeridos pelo *Modelo de Tomada de Decisão Proerd*. No entanto, consideraria a prática policial militar, incluindo suas relações pessoais presentes nos conflitos. Tais conflitos também poderiam estar relacionados às diversas ocorrências policiais que atende, aos contatos pessoais que faz com a comunidade rotineiramente, ou, até mesmo, informalmente no horário de folga, quando, inevitavelmente, representa o Estado. A estrutura dessa disciplina acompanharia o Quadro 2.

(b) Criação de um projeto de extensão para a Companhia de Ensino:

O envolvimento dos alunos do Curso de Formação de Soldados em projetos de extensão de cunho social torna-se importante para desenvolver habilidades sociais nos educandos, além de uma consciência cidadã. Envolvê-los com problemas sociais, mesmo que, inicialmente, de maneira superficial, os auxiliará na condução das práticas policiais no futuro. Desse modo, sugere-se que envolva os soldados alunos nas diversas atividades extracurriculares que os próprios Instrutores do Proerd acabam desenvolvendo durante o ano letivo. Os policiais em formação poderão auxiliar diversas atividades escolares, empresariais ou comunitárias diversas. Para tanto, propõe-se a estruturação de projetos de extensão, previamente e devidamente definidos. Para além do simples assistencialismo, torna-se importante o envolvimento dos jovens policiais com as mobilizações comunitárias locais, na indicação de problemas e construção de soluções, em conjunto com a sociedade. Por exemplo, é possível envolver o Conselho Tutelar da cidade, o Consep do bairro e o Conselho Escolar de determinado estabelecimento educacional, no auxílio de datas comemorativas, campanhas solidárias ou de conscientização pública.

(c) Estágios supervisionados que considerem relação com o público civil: Os estágios supervisionados do Curso de Formação de Soldados poderiam ir além da prática policial repressiva, propriamente dita. O uso da tática e da técnica policial é importante, mas não deve ser considerada a única forma de exercitar o policiamento. Práticas preventivas que priorizem o aconselhamento do cidadão civil, o amparo à vítima ou até mesmo o atendimento do cidadão comum também devem ser consideradas. Propõe-se, portanto, que se tornem mais específicos os estágios

supervisionados, os quais não deveriam acontecer somente em atividades repressivas ou em patrulhamentos onde não são priorizados o relacionamento e o exercício da cidadania.

Tais ações das Companhias de Ensino e Treinamento poderão auxiliar o soldado em formação a: tomar as decisões diante da complexidade dos problemas da sociedade; compreender a lógica do funcionamento de outras instituições além da PMMG; realizar uma análise de problemas; avaliar seu papel social; subsidiar tomadas de decisão que contribuam com a efetivação dos direitos e deveres preconizados na constituição cidadã.

7 Considerações finais

Ao analisar as ementas dos componentes curriculares do CFSd 2022, observou-se que a PMMG aborda, no curso de formação, os conceitos sobre cidadania tratados na revisão de literatura deste artigo. Mostrou-se, também, que a discussão dos temas abordados no Proerd na formação profissional dos futuros soldados poderá contribuir para a formação cidadã dos novos policiais e, também, para a qualidade das atividades policiais que exercerão no futuro, como pedagogos da cidadania.

Embora a PMMG já busque promover cidadania aos novos soldados, assim como às crianças e aos adolescentes atendidos pelo Proerd, este artigo mostrou que a formação profissional na PMMG poderia sofrer alterações de modo a otimizar a transmissão dos pressupostos de cidadania. Sob a ótica das possíveis contribuições do Proerd para o CFSd, apresentou-se, como proposições de melhorias, alterações (a) nos estágios supervisionados que considerem a relação do policial com o público civil e (b) na grade curricular do CFSd, com a criação de uma nova disciplina e de um projeto de extensão para a Companhia de Ensino e Treinamento.

De tal modo, foram propostos novos caminhos pedagógicos para a formação profissional dos novos soldados a serem incorporados na Polícia Militar de Minas Gerais. Em um ambiente democrático, estarão melhores preparados para serem reconhecidos como verdadeiros pedagogos da cidadania, como sugeriu Balestreri (1998). Portanto, é possível criar novos caminhos pedagógicos para a formação profissional dos novos soldados, valorizando importantes temas como a cidadania.

Referências

Albuquerque, C.L & Machado, E.P. (2001) Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, 3(5), 214-237.

Balestreri, RB. (1998) *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo/RS: CAPEC, Paster Editora.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Brasil. (2014) Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*. Coordenação: Andréa da Silveira Passos [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Brunetta, A. A. (2012). *Reforma intelectual da Polícia Militar*. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

Caruso, H.G.C. (2004) *Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ*. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Universidade Federal Fluminense (UFF).

Coletânea de Manuais do Curso de Formação de Instrutores Proerd. (2016). *Polícia Militar de Minas Gerais*. PMMG.

Da Silva Veiga, C. C. P, & Dos Santos S.J. (2018). A produção científica sobre formação dos policiais militares no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 12 (1), 50-70.

Demetrio, A.J., Viana, G., Hoeflich, V.A. (2013). Um estudo sobre o nível de eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-Proerd. *Revista Capital Científico-Eletrônica*, 11(2), 51-65.

Ferreira, D. L. S. (2018) *Programa educacional de resistência as drogas da polícia militar do estado de Pernambuco como uma contribuição para o serviço de policiamento comunitário*. Trabalho de Conclusão de Curso.

Ferreira, DVS, Borges, J.F. (2020). O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: análises de uma unidade operacional da Polícia Militar. *Revista Eletrônica de Administração*, 26 (3), 642-672.

Ferreira, D.V.S., Borges, J.F. (2021). Policiamento comunitário: dicotomias e imagens fraturadas nas práticas de segurança pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 13 (3), 2021.

Freire, M.D. (2009). Paradigmas da segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Aurora*, 3 (5), 49-58.

Freitas, J.G., Almeida, J.Á.P. (2007) O ethos do policial militar e sua cultura. *Revista Preleção*, Ano I, (2), 47-60.

Frühling, H. (2007). The impact of international models of policing in Latin America: the case of community policing. *Police Practice and Research*, 8(2), 125-144.

Greene, J. R. (2000). Community policing in America: Changing the nature, structure, and function of the police. In: J. Horney (Ed.), *Crime and justice: Policies, processes, and decisions of the criminal justice system*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.

Henriques, M. S. (Org.). (2010). Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Kelling, G.L. Moore, M.H. (1989). *The evolving strategy of policing*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.

Kruger, F. M. (2011) *A formação educacional e profissional do policial militar do estado do Paraná: um direito da personalidade*. [S. I.] p. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas – Centro Universitário de Maringá (CESUMAR).

Lima, E.M.O. (2011) Polícia e policiamento: as ambivalências da formação profissional e as práticas policiais na periferia de Belém. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará (UFPA).

Martins, M.F. (2000) *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão*. Campinas-SP: Autores Associados.

Massardi, W.O., & Silva, E. T. (2013). Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá. *Gestão Contemporânea*, 10(13), 149-164.

Minas Gerais. Polícia Militar. (2010). *Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010 – CG*. Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Seção de Planejamento do Emprego Operacional – EMPM/3.

Minas Gerais. Polícia Militar. (2011). *Manual do Instrutor do 7º Ano: Caindo na REAL* / University of Arizona; PMMG; tradução coordenada por Bárbara G. J. Miranda. – Belo Horizonte: PMMG.

Minas Gerais. Polícia Militar. (2013) Currículo para crianças 5º ano do ensino fundamental: Caindo na REAL / D.A.R.E. C976 America; PMMG; tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. – Belo Horizonte: PMMG.

Minas Gerais. Polícia Militar. (2016). Comando-Geral. *Instrução n. 3.03.11/2016-CG*. Regula a implantação da Rede de Proteção Preventiva nas comunidades do

Estado de Minas Gerais. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Seção Estratégica de Emprego Operacional (EMPM/3).

Minas Gerais. Polícia Militar. (2019) Comando-Geral. *Diretriz Geral para Emprego Operacional N° 3.01.01/2019*. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, Assessoria Estratégica de Emprego Operacional (PM3).

Minas Gerais. Polícia Militar. (2019). *Resolução n° 4.287/2019-CG*. Portifólio de Serviços da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG - Comando-Geral.

Minas Gerais. Polícia Militar. (2019). Comando Geral. *Diretriz de Polícia Comunitária n° 3.01.10/19-CG*. Norteia a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a Filosofia de Polícia Comunitária. Belo Horizonte: Comando-Geral, Assessoria Estratégica de Emprego Operacional (AE3).

Minas Gerais. Polícia Militar. (2020). Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, Comando Geral. *Mapeamento de Competências e Perfil Profissiográfico*. Cargo: Soldado PM da PMMG. Relatório Técnico, 1 ed. rev. (1), Belo Horizonte.

Moore, M.H., Trojanowicz, RC. (1989). *Corporate strategies for policing*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.

Muniz, J., Caruso, H., & Freitas, F. (2018). Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 84, 148-187.

Muniz, J., Larvie, S. P., Musumeci, L., & Freire, B. (1997). Resistência e dificuldades de programa de policiamento comunitário. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9(1), 197-213.

Pinsky, J, Pinsky, C.B. (2013). *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto.

Poncioni, P. (2005) O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v. 20, p. 585-610.

Rosenbaum, D. P. (2012). A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário. In J. P. Brodeur (Ed.). *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo, SP: Edusp.

Salm, J.F., Menegasso, M.E., De M.R., R. (2007). Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do Proerd em Santa Catarina. *Revista Alcance*, 14 (2), 231-246.

Santos, L. R. (2021). Proerd: a contribuição estratégica do policial militar na ampliação da consciência cidadã em escolas e comunidades. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], 7(3), 241–250.

Serrano, A.S. (2010). A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. *Revista Ordem Pública*, 3(1), 106-120.

Shamblen, S. R., Courser, M. W., Abadi, M. H., Johnson, K. W., Young, L., & Browne, T. J. (2014). An international evaluation of Dare in São Paulo, Brazil. *Drugs – Education, Prevention and Policy*, 21(2), 110-119.

Silva, J. B. (2009). *A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Silva, R. R. (2007). O planejamento participativo do bairro de Higienópolis, Rio de Janeiro: organizando a sociedade e qualificando as demandas por segurança pública. In H. Caruso, J. Muniz, & A. C. C. Blanco (Eds.), *Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes Latino-americanos*. Rio de Janeiro, RJ: Publit Soluções Editoriais. (p. 513-517).

Silva, R. R. (2011). *Entre a caserna e a rua. O dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de polícia Militar Dom João VI*. Niterói, RJ: Eduff.

Soares, T.L, Gomes, F.F. *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência na Paraíba: Desafios e Dificuldades*. REBESP, Goiânia, 9 (2), 01-12.

Skogan, W.G. (2002). *Participação da comunidade e policiamento comunitário*. São Paulo: Ed. USP.

Skolnick, J.H., Bayley, D.H. (2002) *Policiamento Comunitário: Questões práticas através do Mundo*. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Tasca, J. E., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2012). A avaliação de programas de capacitação: um estudo de caso na administração pública. *Revista de Administração Pública*, 46(3), 647-675.

Trojanowicz, R.; Bucqueroux, B. (1994). *Policiamento Comunitário: como começar*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Valente, J.Y. [et al]. (2022) Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27 (11), 4175-4189.

Recebido em Janeiro de 2024.
Aprovado em Julho 2024.